

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**PEDRO ISAAC DO NASCIMENTO**

**Aproximações e distanciamentos entre Base Nacional Comum Curricular e as  
Diretrizes Curriculares de municípios do Triângulo Mineiro**

**UBERLÂNDIA/MG**

**2024**

**PEDRO ISAAC DO NASCIMENTO**

**Aproximações e distanciamentos entre Base Nacional Comum Curricular e as  
Diretrizes Curriculares de municípios do Triângulo Mineiro**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal de  
Uberlândia como parte dos requisitos  
para obtenção do certificado de  
graduação no curso de Educação Física,  
grau Licenciatura

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gabriela  
Machado Ribeiro.

**UBERLÂNDIA/MG**

**2024**

**Aproximações e distanciamentos entre Base Nacional Comum Curricular e as  
Diretrizes Curriculares de municípios do Triângulo Mineiro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Uberlândia como parte dos requisitos necessários para a para obtenção do certificado de graduação no curso de Educação Física, grau Licenciatura.

Uberlândia, 02 de maio de 2024.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gabriela Machado Ribeiro- FAEFI/ UFU - Presidente

---

Prof. Dr. Sérgio Inácio Nunes- FAEFI/UFU

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sônia Bertoni- FAEFI/UFU

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço esse trabalho às pessoas que foram fundamentais para a minha jornada acadêmica e pessoal. Em primeiro lugar a minha família que me apoiou em toda minha vida e na vida acadêmica e também aos meus amigos que deixaram essa trajetória mais leve e prazerosa.

Agradeço a todos os docentes que fizeram parte da minha trajetória, por todo conhecimento transmitido e dedicação para isso, a orientadora desse trabalho pela orientação, paciência e todos os ensinamentos, e a Universidade Federal de Uberlândia e a Faculdade de Educação Física pela excelência e qualidade gratuita.

A todos os citados expresso aqui o meu sentimento de gratidão e respeito, vocês fazem parte da minha história.

## RESUMO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pela Resolução CNE/CP Nº2/2017, tem direcionado a elaboração dos documentos curriculares de estados e municípios e condicionado a organização do trabalho pedagógico dos professores. Considerando esse cenário, este estudo tem como foco analisar as propostas curriculares de municípios do Triângulo Mineiro. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa realizada a partir de análise documental. Foi realizada uma busca nos sites oficiais dos 35 municípios, consultando as publicações da Secretaria de Educação de cada município, com objetivo de localizar os documentos curriculares. Logo após foi realizado uma análise dos documentos encontrados, com foco na área da Educação Física, correlacionando-os com as prescrições da Base Nacional Comum Curricular, destacando as aproximações e distanciamentos. Considerando, os 35 municípios, foi possível constatar que apenas dois apresentaram documentos curriculares em seu site: Uberlândia e Uberaba. No município de Uberlândia, as diretrizes curriculares municipais, de maneira geral, se apresentam bastante alinhadas com a BNCC, enquanto o documento de Uberaba também traz muitas similaridades, mas acrescenta habilidades e objetos de ensino além dos propostos pela BNCC. Pode-se apontar que as diretrizes curriculares de Educação Física de Uberlândia e de Uberaba, estão de acordo com a BNCC. Pode-se apontar também que os municípios do Triângulo Mineiro, em geral, carecem de documentos e diretrizes curriculares municipais elaborados levando em consideração a realidade e especificidades locais.

**Palavras-chave:** BNCC; Documentos curriculares; Educação Física

### Lista de Siglas e abreviaturas

<b>ANPEd</b>	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
<b>BNCC</b>	Base Nacional Curricular
<b>CONSED</b>	Conselho Nacional dos Secretários de Educação
<b>CRMG</b>	Currículo Referência de Minas Gerais
<b>DCM</b>	Diretriz Curricular Municipal
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>MG</b>	Minas Gerais
<b>MpBNC</b>	Movimento pela Base Nacional Comum
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>PCN</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>PISA</b>	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
<b>PMAJA</b>	Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>UNDIME</b>	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>URA</b>	Uberaba
<b>SAEB</b>	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>9</b>
<b>2.1 Breve histórico da construção da BNCC.....</b>	<b>9</b>
<b>2.2 Principais “interessados” nessa nova proposta de configuração curricular.....</b>	<b>12</b>
<b>2.3 Consequências para área da Educação Física.....</b>	<b>14</b>
<b>2.4 Políticas Curriculares Municipais.....</b>	<b>16</b>
<b>3. PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>17</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>19</b>
<b>4.1 Documento curricular de Uberlândia.....</b>	<b>19</b>
<b>4.2 Documento curricular de Uberaba.....</b>	<b>26</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>33</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>35</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade e a definição de diretrizes curriculares, ou seja, aquilo que será priorizado no processo educativo, é um elemento central nesse processo. No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada pela Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, estabelecendo habilidades e competências a serem desenvolvidas por todos os estudantes ao longo da Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Essa iniciativa tem influenciado a elaboração dos documentos curriculares em estados e municípios, além de condicionar a organização do trabalho pedagógico dos professores nas escolas.

No que se refere ao componente curricular Educação Física, Neira (2018) explica que a a proposição da BNCC evidencia a retomada de princípios tecnocráticos, priorizando a racionalidade técnica em detrimento da criticidade. Em termos epistemológicos, o documento oficial distancia-se dos debates atuais da área, apresentando fragilidades, incoerências e inconsistências. Diante desse contexto, é fundamental compreender as aproximações e distanciamentos entre o documento nacional e as elaborações curriculares locais, a fim de embasar reflexões e promover formas de resistência que se contraponham à padronização e ao reducionismo curricular impostos pela BNCC.

Com o objetivo de investigar esse movimento na região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, esta pesquisa tem como propósito analisar as aproximações e distanciamentos entre a Base Nacional Comum Curricular e as Diretrizes Curriculares dos municípios do Triângulo Mineiro. Para isso, foi realizada uma pesquisa documental, que consistiu na análise dos documentos curriculares nacionais e locais, com foco na BNCC e nas Diretrizes Curriculares dos municípios em questão.

Ao desvendar as nuances desse processo, espera-se contribuir para um maior entendimento sobre como as diretrizes nacionais estão sendo implementadas e adaptadas em âmbito local, bem como identificar possíveis desafios e oportunidades para aprimorar a prática educacional na área de Educação Física.

Assim, ao conhecermos mais sobre as implicações dessas diretrizes e suas interações nos contextos educacionais locais, será possível estabelecer bases sólidas para

a discussão e o desenvolvimento de estratégias que valorizem uma abordagem crítica e reflexiva no ensino da Educação Física, contrapondo-se a aspectos de padronização e reducionismo curricular presentes na BNCC.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste capítulo será apresentada uma breve retomada do percurso da elaboração das políticas curriculares da Educação Básica desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, serão apresentados os principais interessados na aprovação do documento da forma como foi e consequências para a área da Educação Física.

### **2.1 Breve histórico da construção da BNCC**

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação passa a considerada direito de todos, e entre outros aspectos esse documento prevê uma base comum do currículo, conforme apresenta no artigo 210, “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais

Após quase 10 anos, da aprovação da Constituição, após muitos embates sobre o que deveria ser prioridade no âmbito educacional, entrou em vigor a lei 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Em relação ao currículo da Educação Básica, esse documento, conforme o artigo 26, define que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (Brasil, 1996).

Um ano após a aprovação da LDB (1996) , com o intuito de atender as orientações do artigo 26, são publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental e Ensino Médio, e os Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil que tinham como objetivo orientar a prática docente, sendo uma referência para os conteúdos, mesmo não sendo um documento obrigatório.

Assim, os PCNs, apesar das inúmeras críticas, foram uma marca importante para a educação brasileira, apresentando-se como uma alternativa de orientação para cada área do conhecimento, tendo neles a caracterização da área, os objetivos, propostas de organização dos conteúdos e os critérios de avaliação.

Além disso, o documento apresenta conteúdos chamados de temas transversais, que são: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e orientação sexual, diversidade e inclusão. Esses temas visam desenvolver a interdisciplinaridade e incentivam a reflexão sobre a realidade que vivem em todas as áreas do conhecimento. Os PCNs estiveram em evidência e foram muito utilizados até a aprovação do Plano Nacional de Educação.

Com o Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014, foi demandado ao Governo Federal a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com prazos definidos pelo PNE. Nesse contexto, segundo Valladares et al. (2016), a equipe formada para elaboração do documento iniciou seu trabalho, a etapa de diagnóstico incluiu o levantamento, leitura e análise das propostas curriculares vigentes no país. A elaboração da proposta preliminar pelas equipes iniciou-se pela organização em áreas e pelo pouco tempo foi centrada em componentes curriculares de cada área.

Dessa maneira, o Ministério da Educação (MEC) teve o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a da União de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) para elaboração dessa primeira versão, que em setembro de 2015 foi disponibilizado para consulta pública.

Aproximadamente seis meses depois da primeira versão, após diversos debates e discussões, houve uma reelaboração da BNCC e em março de 2016 foi divulgada a sua segunda versão. Nessa versão, percebe-se maior inclusão de temáticas e um princípio pedagógico mais fundamental, como diz Bittencourt (2017)

Sendo assim, a segunda versão da BNCC se apresenta como um documento curricular com modificações significativas, em diversos aspectos, entre os quais destacamos: uma definição em relação aos seus princípios pedagógicos; a consideração das peculiaridades das etapas da educação básica e de seus sujeitos; a incorporação das modalidades da educação básica e de suas temáticas sociais (Bittencourt, 2017, p. 559).

Todo o processo de formulação da BNCC foi espaço de conflitos ideológicos de diferentes concepções de currículo. Segunda Gama (2023), houve duas principais organizações que tiveram conflitos em relação à BNCC, o Movimento pela Base Nacional

Comum (MpBNC) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

O MpBNC, como destacado por Gama (2023), representou um esforço de convergência entre diferentes grupos e atores, buscando estabelecer diretrizes curriculares comuns que pudessem ser adotadas em âmbito nacional. Esse movimento, influenciado por abordagens mais alinhadas ao governo e às políticas educacionais vigentes, defendeu uma abordagem mais padronizada da educação, enfatizando a uniformidade de conteúdos e competências a serem desenvolvidas pelos estudantes em todo o país. O MpBNC, apoiado por setores governamentais e associado a uma perspectiva de eficiência e avaliação quantitativa, sustentou que a BNCC poderia oferecer uma resposta efetiva às desigualdades educacionais, garantindo que todos os estudantes tivessem acesso a uma base comum sólida.

Por outro lado, a ANPEd emergiu como um contraponto crítico ao processo de construção da BNCC. Segundo Gama (2023), a ANPEd representou uma voz acadêmica influente, cujas perspectivas eram guiadas por uma ênfase nas pesquisas educacionais, na diversidade de abordagens pedagógicas e na complexidade das realidades educacionais regionais. A ANPEd expressou preocupações de que uma BNCC excessivamente padronizada poderia negligenciar as diferenças socioculturais e as particularidades regionais, levando a uma homogeneização prejudicial da educação. Dessa forma, a ANPEd defendeu uma abordagem mais flexível, voltada para a valorização da autonomia das escolas e a promoção de uma educação que respeitasse a heterogeneidade do país.

As disputas pelo BNCC deram-se em um terreno desigual. O MpBNC possuía forças políticas, incluindo principalmente o governo federal vigente em 2017 (Michael Temer) e conseqüentemente grande influência no MEC. Gama (2023) reforça isso quando diz:

A correlação de forças desigual e o consenso estabelecido entre os agentes corporativos e filantrópicos que se investiram no empresariamento da educação pública nas últimas décadas e ocuparam os espaços públicos de decisão conseguiram hegemonizar ideologias que promovem a veracidade e o mérito sobre a necessidade de se adotar uma Base Nacional Comum Curricular no Brasil. Novo século, velhas lutas! (Gama, 2023, p. 252).

Então, em dezembro de 2017 foi homologada pelo Ministério da Educação sob forte influência da MpBNC, UNDIME e CONSED a terceira e a final versão da BNCC,

e foi determinado que as escolas a implementassem até o final de 2021. Dessa forma, o documento vem com o objetivo de padronizar o ensino em todo o Brasil.

A BNCC é um documento plural, contemporâneo, e estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito. Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas. Essa referência é o ponto ao qual se quer chegar em cada etapa da Educação Básica, enquanto os currículos traçam o caminho até lá (Brasil, 2018, p. 5).

A versão final então é estruturada em competências gerais e organiza-se com objetivos de aprendizagem que são identificados por códigos em que o professor deve reconhecer.

A BNCC traz dez competências gerais com a premissa e promete preparar os alunos criticamente para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Porém, apesar de a BNCC apresentar-se de tal maneira, ela molda-se em um caráter bastante conservador e privatista, possuindo um ensino padronizado, cujo professor é controlado em seu ensino e os estudantes são vistos apenas como futuros integrantes do mercado de trabalho.

## **2.2. Principais “interessados” nessa nova proposta de configuração curricular**

Com o avanço do neoliberalismo no Brasil, as instituições do Estado cada vez mais se organizam e direcionam suas ações para atender aos interesses da burguesia. A educação por sua vez vem sofrendo bastante com essas políticas, conforme Antunes (2019, p. 8):

A Educação, nesse contexto neoliberal, tem sido alvo de modificações para atender aos interesses do mercado, introjetando elementos advindos das empresas, como a inserção da qualidade total e do modelo gerencial. [...]. Pode-se afirmar que esse modelo promoveu uma subordinação ainda maior da política social à política econômica (Antunes, 2019, p. 8).

Assim, essas ações influenciaram fortemente na construção da BNCC que reflete em um documento cheio de incoerências e contradições. A padronização do documento para todo o país é alvo de críticas por vários educadores, isso porque pensar em um mesmo currículo para todas as escolas do Brasil geraria uma incongruência muito grande,

visto que o país possui território continental, com diferentes culturas e realidades socioeconômicas.

Rebatem os autores a pretensão de que, para garantir metas de aprendizagem, todas escolas precisam da mesma proposta curricular e da mesma orientação pedagógica. Em assim sendo, esconde-se a problemática da desigualdade social associada à educação, o fator investimento diferenciado na carreira do professor e nas condições de trabalho nas escolas, além do peso das condições de vida das famílias e das condições de estudo dos estudantes. Nesse sentido, defende-se que não é necessário que o currículo seja igual em todo país, até porque, na prática isso não seria possível (Rodrigues, 2018, p. 2).

Segundo Paulo Freire (1996), ensinar não é apenas transferir conhecimento, mas sim criar possibilidades para sua própria construção ou produção. Entretanto, a BNCC vai de contramão a esse pensamento quando coloca o conhecimento dividido apenas em habilidades e competências, negligenciando a criticidade e autonomia dos estudantes, demonstrando ser um documento de cunho tecnicista.

Ademais, pode ser observada na construção da BNCC a influência das avaliações em largas escalas, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) e Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Conforme é apresentado na introdução do documento há uma preocupação com o alcance de índices como o do PISA.

A Base Nacional Comum Curricular propõe um ensino pautado em uma boa classificação das escolas brasileiras nas avaliações e pouco voltadas para as necessidades de aprendizagem do aluno. Segundo Jolandek, Pereira e Medes (2019), os objetivos da BNCC e do PISA estão ligados, pois aquela procura desenvolver a aprendizagem por meio de habilidades e competências e este, procura avaliar o desenvolvimento dessas habilidades e competências. Esses tipos de avaliações vão de contramão à autonomia do professor e do estudante e contribuem para a desvalorização do professor. Para Antunes, (2019, p.14):

A avaliação em larga escala também se configura como gerencialismo ao promover um controle à distância, por meio de avaliações padronizadas (BALL, 1998) acarretando um controle sobre o trabalho docente e, por conseguinte, uma responsabilização pela efetivação da tão sonhada qualidade da educação (BALL, 1998 apud Antunes, 2019, p. 14).

Esse tipo de avaliação evidencia a influência de políticas globais e mercadológicas na educação brasileira. É nessas circunstâncias que Mainardes (2006 apud Bittencourt 2017) ressalta que agências como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a União das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) e o Fundo

Monetário Internacional (FMI) contextualizam-se atualmente como as principais influências nas políticas públicas na área da educação.

Rodrigues (2018) alerta a falta de a BNCC em construir concepções e diretrizes da educação básica, tendo em vista a construção de uma educação formadora do ser humano, cidadão, capaz de influir nos rumos políticos e econômicos do país, capaz de criar novos conhecimentos.

Assim, uma educação que não é libertadora, não estimula o pensamento crítico e emancipador e que controla o trabalho docente é extremamente interessante para a manutenção do poder da burguesia. É nesse sentido que a BNCC segue essa lógica neoliberal, para que preparem os estudantes para o mercado de trabalho.

Em meio a esse momento de crise da política brasileira, ganham força na definição de políticas curriculares que estabeleceu o último formato da BNCC, algumas organizações privadas, assumindo um papel condutor e indutor de sua aprovação e disseminação. Realce para a Fundação Lemann associada ao Cenpec, Instituto Natura, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Fundação SM, Insper e Instituto Fernando Henrique Cardoso (Rodrigues, 2018, p. 577).

Da mesma maneira, Gama (2023), aponta o interesse empresarial na educação e afirma que a BNCC é um grande projeto conduzido a favor do empresariamento da Educação Pública, projeto esse que foi construído a partir de um consenso articulado entre setores corporativos e filantrópicos, com apoio de órgãos públicos, visando moldar a vontade coletiva.

### **2.3 A BNCC e suas consequências para área da Educação Física**

A nova versão da BNCC traz também diversas consequências para a Educação Física. Neira (2018) chama atenção sobre o caráter tecnocrático da BNCC, pois sua formulação baseou-se nas teorias tradicionais de currículo, que foi pensada assim com o objetivo de satisfazer organizações internacionais, avaliações padronizadas e o mercado de trabalho.

A base tenta abolir a autonomia do professor, determinando quais conteúdos, quando e de que maneira serão abordados. Nesse contexto que a Educação Física na BNCC se apresenta, baseada em habilidades e competências, a escolhas das habilidades estabelecidas para a Educação Física que estão no documento explicita seu caráter tecnicista.

Daí, não se pode atribuir ao acaso que as habilidades estabelecidas para a Educação Física priorizem os processos cognitivos (explicar, planejar, identificar, descrever, discutir, colaborar na proposição, diferenciar e formular). Num desequilíbrio flagrante, do outro lado da balança figuram apenas experimentar e fruir. Parece óbvio que o tipo de aprendizagem esperada e a visão instrumental que caracteriza o ensino do componente objetivam simplesmente preencher postos de trabalho para os setores médios e inferiores de uma sociedade cada vez mais complexa, cujas ocupações laborais solicitam sujeitos adaptados e capazes de resolver problemas. Compreensão do mundo e, principalmente, leitura crítica nem foram cogitados (Neira, 2018, p. 218).

Dessa maneira, percebe-se o caráter empresarial na BNCC da Educação Física, estando alinhada às concepções teóricas mais conservadoras, sem se preocupar com o pensamento crítico, Prietto (2021), corrobora com os escritos de Neira (2018) ao afirmar que:

Na área da Educação Física, o documento da BNCC evidencia a retomada dos princípios tecnocráticos, da racionalidade técnica em detrimento da criticidade, pois baseia-se nas teorias tradicionais, pretendendo o desenvolvimento de competências e habilidades, assumindo um discurso neoliberal, apresentando um retrocesso político e pedagógico nas discussões que aconteceram na área (Prietto, 2021, p. 58).

Apesar de a Educação Física na BNCC ocupar espaço na área das linguagens, contraditoriamente a isso, nota-se no documento uma vinculação unicamente das práticas corporais com cuidado com a saúde, lazer e entretenimento, negligenciado o aspecto social em volta das manifestações corporais, como apresenta no próprio documento:

Há três elementos fundamentais comuns às práticas corporais: movimento corporal como elemento essencial; organização interna (de maior ou menor grau), pautada por uma lógica específica; e produto cultural vinculado com o lazer/entretenimento e/ ou o cuidado com o corpo e a saúde (Brasil, 2018, p. 213).

Segundo Neira (2018), pensando em uma perspectiva que a Educação Física está na área das linguagens, espera-se que o estudante saiba ler e analisar a ocorrência social dos conteúdos da Educação Física (esportes, danças etc.) e que reconheça o significado e tenha uma visão crítica.

A fragilização do papel da Educação Física na formação integral dos alunos é uma das consequências apontadas pela análise crítica da BNCC de Educação Física pois esse cenário reflete a subvalorização histórica da disciplina e da falta de compreensão sobre sua importância na formação dos alunos.

A BNCC ao tratar da Educação Física parece não reconhecer a importância da disciplina na formação integral dos alunos, ao não dar o mesmo peso para a disciplina em relação a outras áreas de ensino. Essa subvalorização pode resultar na diminuição da carga horária da disciplina, no desinteresse dos alunos e dos próprios professores, bem como na falta de investimentos em infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades físicas, esportivas e de lazer.

O documento traz as práticas corporais em unidades temáticas e apresenta uma distribuição irregular dessas unidades, como, por exemplo, jogos e brincadeiras que não estão presente nos anos finais do ensino fundamental e nem no ensino médio.

Além disso, as unidades temáticas são questionáveis, como a classificação de algumas práticas em determinada unidade, em que não há consenso a cerca disso, como, por exemplo, a prática do skate. A base apresenta inconsistências em algumas unidades temáticas, como no caso dos esportes, em que classifica os esportes em esportes de marca, esportes de precisão, esportes de invasão, esportes de rede e parede, esportes de combate, esportes técnico-combinatório e esportes de campo e taco. Essa classificação em nada ajuda os professores, sendo extremamente rasa e vaga, uma vez que alguns esportes se encaixam em várias classificações e alguns em nenhuma.

Neira (2018) destaca a rigidez da tipologia imposta pela Base na unidade temática Esporte, que categoriza os esportes em "marca", "invasão", "taco", "campo" etc., independentemente da cultura dos grupos que os praticam. Essa padronização limita as escolhas dos professores e dificulta a compreensão do componente na área de Linguagens.

## **2.4 Políticas curriculares municipais**

Desde 2018, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o documento de nível nacional que normativa as redes de ensino no Brasil.

Em paralelo com a construção da BNCC, maior parte dos estados brasileiros elaboraram os seus documentos curriculares, como é o caso de Minas Gerais que construiu o Currículo Referência para orientar esse movimento nas redes de ensino públicas e privadas do Estado. Segundo o documento orientador do estado mineiro, a BNCC vem como orientador para a construção de documentos curriculares e diretrizes afirmando que:

Finalidade é orientar a construção dos referenciais curriculares de cada estado/sistema de ensino e dos projetos político-pedagógicos das escolas, à

medida que estabelece as competências e habilidades que serão desenvolvidas pelos estudantes ano a ano (Minas Gerais, 2018, p. 22).

Neste contexto, não apenas os estados, mas também os municípios foram instigados a criar seus próprios documentos curriculares para orientar a prática pedagógica nas escolas do município. Esses documentos têm como objetivo uma aproximação com a realidade e particularidades de cada município.

A resolução CNE/CP nº 2 de 22 de dezembro de 2017 diz que os municípios devem realizar uma adequação dos currículos à BNCC. Os currículos municipais possuem orientações didáticas e normativas, materiais de apoio e demais publicações produzidas pela secretaria de educação do município, a fim de garantir um norteador para professores e toda equipe pedagógica das escolas locais. Assim, interessa saber o resultado desse processo.

### 3. PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa descritiva. Segundo Gil (1999), a pesquisa descritiva visa descrever um determinado evento, realidade ou situação, sem buscar explicar suas causas ou consequências. Ela busca responder a perguntas do tipo “o que”, “quem”, “quando”, “onde” e “como” sobre o tema estudado.

Assim, foi realizada uma análise documental dos documentos curriculares dos municípios do Triângulo Mineiro, analisando as aproximações e distanciamentos com o documento da BNCC, em relação a área de Educação Física.

A pesquisa contempla todo o Triângulo Mineiro, região localizada entre os rios Grande e Paranaíba, fazendo divisa com os estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul. A região possui 35 municípios conforme a tabela a seguir:

**Tabela1 – Relação dos municípios e número de escolas.**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>NÚMERO DE HABITANTES</b>	<b>NÚMERO DE ESCOLAS MUNICIPAIS</b>
<b>Uberlândia 120</b>	706.597	120
<b>Uberaba</b>	340.27	61
<b>Araguari</b>	118.361	33
<b>Ituiutaba</b>	105.818	21
<b>Frutal</b>	60.508	18
<b>Iturama</b>	40.101	13
<b>Prata</b>	28.131	9

<b>Conceição das Alagoas</b>	28.782	10
<b>Tupaciguara</b>	25.466	10
<b>Monte Alegre de Minas</b>	21.349	11
<b>Santa Vitória</b>	19.997	10
<b>Campina Verde</b>	19.759	7
<b>Fronteira</b>	18.866	7
<b>Capinópolis</b>	16.294	6
<b>Itapagipe</b>	15.511	6
<b>Canápolis</b>	12.251	6
<b>Planura</b>	12.445	3
<b>Centralina</b>	10.343	3
<b>Carneirinho</b>	10.103	6
<b>Delta</b>	10.994	4
<b>Campo Florido 8.383</b>	8.383	5
<b>Limeira do Oeste</b>	7.640	3
<b>Conquista 6.997</b>	6.997	5
<b>Indianópolis</b>	7.009	5
<b>Araporã</b>	6.992	5
<b>São Francisco de Sales</b>	6.309	3
<b>Gurinhata</b>	5.516	4
<b>Pirajuba</b>	6.491	2
<b>União de Minas 4.265</b>	4.265	2
<b>Ipiacu</b>	4.229	3
<b>Veríssimo</b>	4.090	2
<b>Comendador Gomes</b>	3.128	2
<b>Cascalho Rico</b>	3.108	5
<b>Cachoeira Dourada</b>	2.720	2
<b>Água Comprida</b>	1.986	1

Fonte: IBGE (2021) e INEP/MEC (2021).

Em um primeiro momento, foi pesquisado no catálogo de escolas do site do INEP/MEC a quantidade de escolas por município. Depois foi realizada uma busca de documentos curriculares nos sites oficiais dos municípios. Isso foi feito adentrando primeiramente no site de cada município e posteriormente, na aba da Secretaria Municipal de Educação, a fim de encontrar os documentos.

Para os municípios em que não foi encontrado nenhum documento em seu site, foi enviado um e-mail para a sua secretaria de educação, pelo endereço eletrônico fornecido pelo site do município, indagando se existe algum documento curricular no município e o solicitando. Foi solicitada também a informação de qual documento o município segue caso não possua currículo próprio. Aos municípios que não responderam o primeiro e-mail, foi enviado novamente mais duas vezes, totalizando um total de três envios para cada.

Considerando os 35 municípios que compõem a região do Triângulo Mineiro, foi verificado que apenas dois apresentaram documentos curriculares em seu site, sendo os dois maiores: Uberlândia e Uberaba. Vale ressaltar que o município de Tupaciguara apresentou em seu endereço digital um plano municipal de educação.

Ao entrar em contato com as secretarias de educação de todos os municípios do Triângulo Mineiro, apenas três retornaram o e-mail enviado: Santa Vitoria, Limeira do Oeste e Uberaba. A Secretaria de Educação de Santa Vitoria nos informou que o município não possui um documento curricular próprio e que segue as diretrizes da rede estadual e federal. A secretaria de Educação de Limeira do Oeste disse não possuir um currículo próprio, mas tem adesão ao Currículo Referência de Minas Gerais e a Secretaria de Educação de Uberaba respondeu o e-mail enviando o currículo municipal atual, formulado em 2023, visto que no site da secretaria o currículo que está disponível para consulta é a versão de 2006.

Os documentos coletados apresentam-se com o nome de diretrizes curriculares municipais, documentos esses que se referem à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.

Tanto nos documentos municipais quanto na BNCC, foi feita uma análise de maneira geral, enfatizando e aprofundando a parte direcionada à Educação Física em ambos os documentos.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Tanto o município de Uberlândia, quanto o de Uberaba possuem documentos curriculares próprio. Nesse capítulo é apresentado o resultado dessa pesquisa, isso é, as aproximações e distanciamentos desses documentos em relação a BNCC.

##### **4.1 Documento Curricular de Uberlândia**

No que se refere à Uberlândia, desde 1990 a cidade conta com documentos curriculares municipais, passando por várias mudanças e reformulações ao longo do tempo. Em 2018, após a homologação da BNCC, a Secretaria Municipal de Educação elaborou um plano de ação referência e já em 2019, deu-se a retomada das Diretrizes Curriculares Municipais (DCM) e do Plano de Ação Referência (versão preliminar) com base na BNCC, DCM em vigência naquele momento, Currículo Referência de Minas

Gerais e outros documentos oficiais. Em 2020, houve a implementação das Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia.

Os documentos curriculares de Uberlândia são organizados em seis diretrizes diferentes: DCM de Educação Especial, DCM de Educação Infantil, DCM de Ensino Fundamental I, DCM de Ensino Fundamental II, DCM de Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos (PMAJA) e DCM de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

No que se trata de PMAJA e EJA, a base nacional não contempla essas modalidades em seu documento. Já em relação à educação especial, há um desencontro entre as diretrizes de Uberlândia e a base. Enquanto na base não há nada para educação especial, sendo essa somente citada no documento nacional, Uberlândia possui uma diretriz para isso. Ao pesquisar pela palavra Educação Física no documento da educação especial, foi verificado que essa palavra foi usada apenas três vezes na diretriz, apenas como citação, no entanto, nenhuma disciplina possui um espaço dedicado no documento.

Logo no início da Diretriz Municipal de Uberlândia para o Ensino Infantil, tem-se um tópico direcionado aos professores de Educação Física e Artes, alertando a falta das disciplinas no documento:

A equipe organizadora das Novas Diretrizes Curriculares optou por manter a estrutura do documento de Arte e Educação Física (ainda que integrantes da Educação Infantil e Ensino Fundamental) separadamente, uma vez que o mesmo não foi produzido em conjunto com o GT da Educação Infantil e sim, com o GT específico da área (Uberlândia, 2020, p. 20).

A diretriz dá a justificativa para ausência de Artes e Educação Física de que essas disciplinas são ministradas por professores especialistas na área e que estas estariam em um documento separado, entretanto tal documento não se encontra no endereço digital da prefeitura.

No documento das DCM do Fundamental I, a Educação Física, logo no início encontra-se o parágrafo de introdução idêntico ao primeiro da BNCC, relativo a Educação Física.

Após isso, a diretriz municipal apresenta uma contextualização histórica da Educação Física, citando sua fase higienista, militarista e esportivista. O texto traz também uma breve contextualização dos documentos regulamentadores, como a LDB e o PCN, algo que não está presente na BNCC. Traz também todo o histórico de construção

das diretrizes municipais, especificamente, da Educação Física e também suas abordagens.

Após isso, as diretrizes trazem um texto sobre a BNCC estar na área de linguagem, as competências, unidades temáticas e os campos de experiências. Apresenta, então, as dez competências específicas da Educação Física.

As DCM fazem uma breve comparação entre Currículo Referência de Minas Gerais e BNCC.

A BNCC, diferentemente do Currículo Referência de Minas Gerais, descreve os anos de ensino organizados em blocos (1º e 2º anos; 3º aos 5º anos, 6º e 7º anos, 8º e 9º anos). Já o Currículo de Minas apresenta os objetos de conhecimento separados por ano de ensino. Além disso, acrescenta e altera algumas habilidades relacionando-as com as especificidades do estado. (Uberlândia, 2020, p. 207).

O currículo mineiro foi criado, de modo a conferir-lhe um caráter próprio, incorporando as diretrizes e normativas da BNCC, bem como os preceitos de uma educação libertadora, que vise à equidade e à qualidade educacional dos sistemas de ensino, promovendo a inclusão, reconhecendo e valorizando as diversidades (UBERLÂNDIA, 2020, p 208).

“Os professores de Educação Física da RME, durante a organização desse documento, alteraram e criaram alguns objetos de conhecimento para melhor contemplar as especificidades das escolas e dos estudantes de Uberlândia. (...) Assim, se manteve o código alfanumérico definido pela BNCC, complementada pela letra e número P1 (progressão 1º ano), P2 (progressão 2º ano) e assim por diante (Uberlândia, 2020, p. 208).”

Então, as diretrizes apresentam uma tabela semelhante à da BNCC, com a unidade temática, os objetivos do conhecimento e as habilidades. As unidades temáticas de todas as séries são as mesmas da BNCC, com exceção de que o documento municipal, possui a unidade temática de brincadeiras e jogos até o oitavo ano enquanto a BNCC só até o sétimo ano.

No que diz respeito às habilidades, assemelham-se muito com a da BNCC, tendo algumas frases ou palavras diferentes, mas mantendo a ideia principal. O documento não apresenta habilidade de criação própria, apenas alterada da BNCC.

Vale destacar que as diretrizes municipais não excluem e nem adiciona nenhuma habilidade da BNCC, isso é, ambos documentos propõem a mesma quantidade de habilidades a serem desenvolvidas

## QUADRO 2 – COMPARATIVO DAS HABILIDADES

Ano de Ensino	Unidade Temática	BNCC	Diretrizes Municipais De Uberlândia
---------------	------------------	------	-------------------------------------

1º	Jogos e brincadeiras	(EF12EF01) Experimentar, fruir e recriar diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais de desempenho dos colegas.	(EF12EF01P1) Experimentar e fruir diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, <b>valorizando os saberes e vivências produzidos, reproduzidos e perpetuados nos contextos familiares e comunitários.</b>
2º	Ginásticas	(EF12EF07) Experimentar, fruir e identificar diferentes elementos básicos da ginástica (equilíbrios, saltos, giros, rotações, acrobacias, com e sem materiais) e da ginástica geral, de forma individual e em pequenos grupos, <b>adotando procedimentos de segurança.</b>	(EF12EF07P2) Experimentar, fruir e identificar diferentes elementos básicos da ginástica (equilíbrios, saltos, giros, rotações, acrobacias, com e sem materiais) e da ginástica geral, reconhecendo, respeitando, valorizando e ampliando suas próprias possibilidades corporais e a dos colegas.
7º	Esportes	(EF67EF03) Experimentar e fruir esportes de marca, precisão, invasão e técnico-combinatórios, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo	(EF67EF03P7) Experimentar e fruir esportes de marca, precisão, invasão e técnico-combinatórios, oportunizando e valorizando o trabalho coletivo, o protagonismo e a <b>criatividade.</b>
9º	Dança	(EF89EF14) Discutir estereótipos e preconceitos relativos às danças de salão e demais práticas corporais e propor alternativas para sua superação	(EF89EF14P9) Discutir estereótipos e preconceitos relativos às danças de salão, e demais práticas corporais e propor alternativas para sua superação, <b>compreendendo a dança como prática possibilitadora do desenvolvimento de valores, atitudes, afetividade, confiança, criatividade, sensibilidade, respeito às diferenças e inclusão.</b>

Fonte: UBERLÂNDIA (2020) e BRASIL (2018).

Nas diretrizes municipais, os anos de ensino estão organizados ano por ano na tabela, enquanto na BNCC é organizada em dois blocos, do 1º e 2º ano e outro do 3º ao 5º ano.

No fundamental 2, o documento de base teórica é o mesmo do fundamental I, mudando apenas a tabela. As unidades temáticas do fundamental I são as mesmas da BNCC e as habilidades são bem parecidas, mudando apenas alguns pontos, conforme os destaques no quadro acima. Assim ocorre com o documento do fundamental I, que é praticamente uma cópia da BNCC, trocando apenas algumas palavras, mas sem alterar a proposta.

Em relação aos objetos de conhecimentos para o ensino fundamental I, as diretrizes de Uberlândia estão postas da mesma maneira que a BNCC. Já para o ensino fundamental II, possui algumas diferenças, conforme mostra o quadro a seguir:

**QUADRO 3 – COMPARATIVO DE OBJETOS DE CONHECIMENTOS  
DO ENSINO FUNDAMENTAL II**

Unidade temática	Objetos de conhecimento BNCC		Objeto conhecimento Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia	
	6º E 7º ANOS	8º E 9º ANOS	6º E 7º ANOS	8º E 9º ANOS
<b>Brincadeiras e jogos</b>	Jogos eletrônicos		Jogos eletrônicos; <b><i>Sedentarismo (apenas 6º ano); Saúde e qualidade de vida (apenas 6º ano)</i></b>	Brincadeiras e jogos
<b>Esportes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esportes de marca;</li> <li>• Esportes de precisão;</li> <li>• Esportes de invasão;</li> <li>• Esportes técnico-combinatórios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b><i>Esportes de rede/parede;</i></b></li> <li>• <b><i>Esportes de campo e taco;</i></b></li> <li>• <b><i>Esportes de invasão;</i></b></li> <li>• <b><i>Esportes de combate</i></b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esportes de marca (tais como atletismo, ciclismo, natação entre outros);</li> <li>• Esportes de precisão (tais como tiro com arco, golfe, bocha, entre outros);</li> <li>• Esportes de invasão (tais como basquetebol, futebol de campo, futsal, handebol e polo aquático, entre outros);</li> <li>• Esportes técnico-combinatórios (tais como ginástica olímpica, saltos ornamentais, GRD, nado sincronizado, volteio, entre outros).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esportes de marca (tais como atletismo, ciclismo, natação entre outros);</li> <li>• Esportes de precisão (tais como tiro com arco, golfe, bocha, entre outros);</li> <li>• Esportes de invasão (tais como basquetebol, futebol de campo, futsal, handebol e polo aquático, entre outros);</li> <li>• Esportes de técnico-combinatórios (tais como ginástica olímpica, saltos ornamentais, GRD, nado sincronizado, volteio, entre outros).</li> </ul>
<b>Ginásticas</b>	Ginástica de condicionamento físico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ginástica de condicionamento físico</li> <li>• Ginástica de conscientização corporal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ginástica de condicionamento físico;</li> <li>• Exercícios físicos;</li> <li>• <b><i>Atividades físicas; Saúde e qualidade de vida e</i></b></li> <li>• <b><i>Noções básicas de fisiologia humana e fisiologia do exercício</i></b> (apenas 7º ano).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ginástica de condicionamento físico;</li> <li>• Ginástica de conscientização corporal;</li> <li>• <b><i>Saúde e qualidade de vida;</i></b></li> <li>• <b><i>Noções básicas de fisiologia humana e fisiologia do exercício.</i></b></li> </ul>

<b>Danças</b>	Danças urbanas	Danças de salão	Danças urbanas	Danças de salão
<b>Lutas</b>	Lutas do Brasil	Lutas do mundo	Lutas do Brasil	Lutas do mundo
<b>Práticas corporais de aventura</b>	Práticas corporais de aventura urbanas	Práticas corporais de aventura na natureza	Práticas corporais de aventura urbanas	Práticas corporais de aventura na natureza

Fonte: Uberlândia (2020) e Brasil (2018).

Para o 6º ano, há algumas diferenças. A primeira diferença é na unidade temática de brincadeiras e jogos na BNCC, nos objetos de conhecimentos, no qual contém apenas jogos eletrônicos. Nas diretrizes, foi acrescentado sedentarismo e saúde e qualidade de vida.

Ainda no 6º ano na unidade esportes, a diretriz de Uberlândia nos objetos de conhecimento traz a classificação, assim como a BNCC, porém traz exemplos desses esportes:

Esportes de marca (tais como atletismo, ciclismo, natação entre outros); Esportes de precisão (tais como tiro com arco, golfe, bocha, entre outros); Esportes de invasão (tais como basquetebol, futebol de campo, futsal, handebol e polo aquático, entre outros); Esportes técnico-combinatórios (tais como ginástica olímpica, saltos ornamentais, GRD, nado sincronizado, vôleio, entre outros) (Uberlândia, 2020, p. 202).

Em relação à ginástica no 6º ano, nos objetivos de conhecimento, a BNCC traz apenas ginástica de condicionamento físico, enquanto as diretrizes de Uberlândia têm ginástica de condicionamento físico, exercícios físicos, atividades físicas e saúde e qualidade de vida.

Já nos jogos e brincadeiras do 7º ano, apresenta apenas jogos eletrônicos nos objetos de conhecimentos, assim como a BNCC. Isso se mostra contraditório, visto que a diretriz se apresentou coerente no 6º ano, acrescentando assuntos importantes. Ter apenas jogos eletrônicos como objeto é questionável, pois é um conhecimento que possui pouca exigência motora, se comparado com tantos outros objetos do conhecimento possíveis para jogos e brincadeiras, como diz Neira (2018, p.5). Por um lado, a BNCC ignora que manifestações pouco exigentes em termos motores possam ser abordadas nas aulas de educação física, tais como brinquedos e jogos de salão, mas apresenta os jogos eletrônicos como objetos de conhecimento para os 6º e 7º anos.

Na ginástica, os objetos são os mesmos do 6º ano, porém acrescentado "noções básicas de fisiologia humana e fisiologia do exercício". No 8º e 9º ano a diretriz traz uma unidade temática a mais que a BNCC, que é o de brincadeiras e jogos – nas habilidades, trouxe código do documento de Minas Gerais - EF89EFMGP8 – e –EF89EFMG9-.

Diante disso, nota-se um avanço do currículo de Uberlândia e gera o seguinte questionamento: o tema jogos e brincadeiras não é importante nos anos finais do ensino fundamental II para a BNCC?

No 8º e 9º anos, a unidade temática de ginástica traz os objetos de ginástica de condicionamento físico, ginástica de conscientização corporal, saúde e qualidade de vida, noções básicas de fisiologia humana e fisiologia do exercício. Já na BNCC, há apenas ginástica de condicionamento físico e ginástica de conscientização corporal.

Vale ressaltar a importância das Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia acrescentar objetos de conhecimento importantes como saúde e qualidade de vida e noções em fisiologia na unidade de ginástica, conhecimentos esses de grande valia para estudantes. Entretanto, esse acréscimo das diretrizes nos objetos dá-se apenas em uma perspectiva biológica, negligenciando conhecimentos sobre a dimensão social acerca das ginásticas, das noções de corpo e qualidade de vida.

Ainda nesses dois anos de ensino, na unidade dos esportes, a BNCC traz esportes de rede/parede, esportes de campo e taco, esportes de invasão e esportes de combate como objeto de ensino, enquanto as diretrizes de Uberlândia apresentam esportes de marca, esportes de precisão, esportes de invasão e esportes técnico-combinatórios. Dessa maneira, percebe-se que as diretrizes municipais não contemplam no ensino fundamental 2 todas as classificações de esportes, visto que ela não apresenta esporte de rede/parede, esportes de campo e taco e esportes de combate nos objetos de ensino.

A ausência do esporte de rede no Ensino Fundamental II, conforme indicado no documento municipal, é notável. Esta lacuna é especialmente relevante ao considerarmos que o Voleibol, categorizado como um esporte de rede, também não está contemplado nesse nível de ensino. Essa omissão é ainda mais contraditória dado o contexto de Uberlândia, que abriga uma equipe de elite do voleibol brasileiro e possui uma tradição significativa na prática desse esporte. Enquanto o Voleibol é deixado de lado, o documento prioriza esportes de precisão como o Golfe, os quais têm pouca representatividade e relevância no âmbito municipal.

As diretrizes curriculares municipais de Uberlândia em todos os seus documentos, após trazer o quadro com habilidades e objetos, traz sugestões de estratégias e possibilidades de trabalho interdisciplinar, apresentando sugestões de dinâmicas a serem trabalhadas em cada unidade temática. Essas sugestões apresentam-se de maneira benéfica, podendo nortear a prática docente em um primeiro momento, desde que o docente não se prenda apenas a isso.

Assim, observa-se que as diretrizes curriculares municipais de Uberlândia na área de Educação Física seguem, de maneira geral, o que é proposto na BNCC, reproduzindo e complementando o que já está posto. Apresenta poucos acréscimos, como unidades temáticas a mais, como é o caso de brincadeiras e jogos para o 8º ano, sedentarismo, saúde e qualidade de vida, mas também com ausências como é o caso dos chamados esportes de rede/parede.

#### **4.2 Documento Curricular de Uberaba**

O documento denominado de currículo da rede municipal de ensino de Uberaba, formulado no ano de 2023 foi organizado em dez volumes. O primeiro é sobre Educação Infantil, e os outros nove volumes abrangem do 1º ao 9º ano de ensino, sendo cada volume, uma disciplina escolar específica.

O currículo municipal atende às exigências legais do alinhamento com a BNCC e do CRMG e que abrangem a identidade de um território e suas especificidades (Uberaba, 2023).

No volume específico para a Educação Infantil não se encontra nada sobre a Educação Física para essa etapa. O volume específico para Educação Física começa com uma introdução sobre um pouco do trabalho da Secretaria de Educação do Município para formulação do documento e, também elementos da BNCC, como as competências específicas da Educação Física.

O currículo de Uberaba explicita no começo do documento um importante aspecto: O acréscimo de três unidades temáticas se comparado ao que é proposto na BNCC. Essas unidades temáticas são: Corpo: Saúde e qualidade de vida, Psicomotricidade e atividades circenses.

Depois, o documento explica o significado dos códigos alfanuméricos das habilidades que estão presentes nos quadros das unidades temáticas. O documento explica o significado dos códigos das habilidades e deixa elucidado que utiliza habilidades da BNCC, da CRMG e habilidades de criação própria que podem ser identificadas pelo código. Assim, “habilidade que não existia na BNCC, mas prevista no novo currículo. Seguem o código alfanumérico estabelecido pelo MEC, seguidas pelas letras MG ou URA” (Uberaba, 2023, p. 26).

O currículo municipal além de habilidades de criações próprias, e habilidades originais da BNCC, traz habilidades alteradas e habilidades com progressão.

Objetivo/Habilidade Alterada: Habilidade alterada da BNCC dentro das possibilidades estabelecidas pelo MEC. Seguem o código alfanumérico definido na BNCC, seguido pela letra X. Exemplo: (EF07HI09) Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência (Original BNCC); (EF07HI09X) Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência, observando as diferentes estratégias de resistência dos distintos grupos indígenas que povoavam Minas Gerais. (Modificada MG) (Uberaba, 2023, p. 26).

Objetivo/Habilidade com Progressão: Habilidade que, na BNCC, era a mesma para diversos anos de escolaridade. No Currículo, a opção foi alterar estas habilidades ano a ano, de formar a graduar a complexidade de acordo com o desenvolvimento dos estudantes. Exemplo:(EF12EF01) Experimentar, fruir e recriar diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais de desempenho dos colegas (Original BNCC).(EF12EF01P1) Experimentar e fruir diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, valorizando os saberes e vivências produzidos, reproduzidos e perpetuados nos contextos familiares e comunitários.(Progressão 1o ano). (EF12EF01P2) Experimentar, fruir e recriar diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto do estado de Minas Gerais, valorizando os saberes e vivências produzidos, reproduzidos e recriados nos contextos familiares e sociais (Progressão 2o ano) (Uberaba, 2023, p. 27).

O modelo do quadro que expõe a unidade temática com as habilidades e objetivos é semelhante ao da BNCC, entretanto com um o acréscimo de sugestões de condições didáticas. Essas sugestões de condições didáticas são de grande valia para o professor, visto que pode auxiliar na prática docente. Vale ressaltar que o documento de Uberlândia apresenta sugestões didáticas, porém é algo mais geral e superficial, apresentando em formato de texto e sugestões por unidade temática, enquanto o de Uberaba está junto ao quadro tendo sugestões em todos os anos de ensino para cada unidade temática de maneira separada.

As unidades temáticas abrangentes da BNCC são: Brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura. No documento de Uberaba, além dessas têm-se as unidades saúde e qualidade de vida, psicomotricidade e atividades circenses.

Algo diferente que aparece no documento de Uberaba é a unidade de brincadeira e jogos, a qual a BNCC apresenta a unidade apenas até o sétimo ano, enquanto o currículo de Uberaba, assim como Uberlândia traz a unidade também para o oitavo e nono ano.

É de grande valor para o ensino da Educação Física nas escolas o acréscimo de brincadeiras e nos anos finais do Ensino Fundamental II, mostrando o valor dos jogos e brincadeiras para os estudantes de todo o Ensino Fundamental.

De acordo com Negrini (1994), os jogos assumem um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, pois despertam a curiosidade dos alunos e contribuem para o seu desenvolvimento integral. Através do lúdico, os estudantes se envolvem com o conteúdo de maneira mais profunda e significativa, desenvolvendo habilidades como a criatividade, a resolução de problemas e a colaboração. As atividades lúdicas permitem que os alunos explorem suas emoções, interajam com os colegas e construam conhecimentos de forma mais prazerosa e eficaz.

No documento municipal de Uberaba, a unidade temática de saúde e qualidade de vida, abrange apenas o sexto e o sétimo ano de ensino. O tema aparece no oitavo ano, mas não como unidade temática, e sim como objeto de conhecimento da unidade de Ginástica. Já temática de atividades circenses e psicomotricidade se encontra no documento apenas para o Ensino Fundamental I.

O currículo não explica o porquê da escolha dos anos de ensino para os temas. É algo questionável, principalmente na temática de saúde e qualidade de vida, em que é de grande valia essa temática para o todo Fundamental II, visto que a fase em que os estudantes estão na adolescência.

Marques et al. (2020) apontam a adolescência como um período crucial para a formação de hábitos, pois os jovens estão passando por diversas mudanças físicas, psicológicas e sociais e alguns hábitos adquiridos na adolescência podem permanecer até a idade adulta. Dessa maneira, é fundamental trabalhar com a temática que trata Saúde e qualidade de vida na fase da adolescência dos estudantes.

No que diz respeito aos objetos de conhecimento das unidades temáticas no documento de Uberaba, no Ensino Fundamental I, estão postas da mesma maneira que a BNCC. Já para o Ensino Fundamental II, traz algumas mudanças em relação a BNCC, mas os objetos são praticamente iguais ao documento de Uberlândia.

A diferença dos objetos de conhecimento em relação ao currículo de Uberlândia é apenas no sétimo ano de ensino, na unidade de brincadeiras e jogos, a qual Uberlândia apresenta apenas jogos eletrônicos com objeto de ensino e Uberaba apresenta além de jogos eletrônicos, sedentarismo, saúde e qualidade de vida.

As habilidades do currículo de Uberaba se assemelham bastante com Uberlândia, visto que a maioria são apropriadas do CRMG, porém o currículo de Uberaba apresenta algumas habilidades de criação própria.

### QUADRO 4 – COMPARATIVO DAS HABILIDADES

Ano de Ensino	Unidade Temática	BNCC	Currículo Da Rede Municipal De Ensino De Uberaba
1º	Esportes	<p>(EF12EF05) Experimentar e fruir, prezando pelo trabalho coletivo e pelo protagonismo, a prática de esportes de marca e de precisão, identificando os elementos comuns a esses esportes.</p> <p>(EF12EF06) Discutir a importância da observação das normas e das regras dos esportes de marca e de <b>precisão para assegurar a integridade própria e as dos demais participantes.</b></p>	<p>(EF12EF05P1) Experimentar e fruir, prezando <b>pela ludicidade</b> e pelo trabalho coletivo e cooperativo, esportes de marca e precisão.</p> <p>(EF12EF06P1) Reconhecer a importância da observação das normas e das regras dos esportes de marca e de precisão, trabalhando-as em contexto experienciais de acordos e combinados coletivos.</p> <p><b>(EF12EF06URA01) Assegurar a integridade própria e a dos demais participantes.</b></p>
3º	Brincadeiras e jogos	<p>((EF35EF02) Planejar e utilizar estratégias para possibilitar a participação segura de todos os alunos em brincadeiras e jogos populares do Brasil e de matriz indígena e africana.</p> <p>(EF35EF03) Descrever, por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita, audiovisual), as brincadeiras e os jogos populares do Brasil e de matriz indígena e africana, explicando suas características e a importância desse patrimônio histórico-cultural na preservação das diferentes culturas.</p>	<p>(EF35EF02P3) Experimentar estratégias para possibilitar a participação de todos em brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo os afro-brasileiros e os de matriz indígena e africana, <b>mobilizando vivências e conhecimentos em prol da constituição de atividades lúdicas e solidárias.</b></p> <p>(EF35EF03P3) Registrar, por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita, audiovisual), os elementos constituintes das brincadeiras e dos jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo os afro-brasileiros e os de matriz indígena e africana, valorizando a vivência, a experimentação e a fruição como formas legítimas de produção e reprodução de saberes sociais e culturais.</p> <p><b>(EF35EF03URA01) Respeitar, mediante combinados de sala de aula, a expressão e os gostos dos colegas.</b></p> <p><b>(EF35EF03URA02) Reconhecer situações de risco no momento das brincadeiras e dos jogos.</b></p>
6º	Danças	(EF67EF12) Planejar e utilizar estratégias para aprender elementos constitutivos das danças urbanas.	(EF67EF12P6) Planejar estratégias para aprender elementos constitutivos das danças

		<p>(EF67EF13) Diferenciar as danças urbanas das demais manifestações da dança, valorizando e respeitando os sentidos e significados atribuídos a eles por diferentes grupos sociais.</p>	<p>urbanas, contextualizando-as ao seu tempo e espaço.</p> <p>(EF67EF13P6) Diferenciar as danças urbanas das demais manifestações da dança, valorizando e respeitando os sentidos e significados atribuídos a eles por diferentes grupos sociais.</p> <p><b>(EF67EF13URA01) Vivenciar diferentes manifestações culturais rítmicas em rodas, danças e jogos.</b></p> <p><b>(EF67EF13URA02) Ampliar o repertório pessoal de movimentos relacionados à expressão, de forma geral.</b></p> <p><b>(EF67EF13URA03) Expressar ideias, vivências ou sentimentos por meio de movimentos rítmicos como a dança, valorizando as manifestações culturais da comunidade ou um tema determinado.</b></p>
9º	Lutas	<p>(EF89EF16) Experimentar e fruir a execução dos movimentos pertencentes às lutas do mundo, adotando procedimentos de segurança e respeitando o oponente.</p> <p>(EF89EF17) Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas experimentadas, reconhecendo as suas características técnico-táticas.</p>	<p>(EF89EF16P9) Experimentar e fruir a execução dos movimentos pertencentes às lutas do mundo, adotando procedimentos de segurança e respeitando o oponente, <b>desenvolvendo as capacidades físicas pertencentes às práticas, como força, resistência, equilíbrio, flexibilidade e potência muscular que podem ser aprimoradas com a prática.</b></p> <p>(EF89EF17P9) Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas experimentadas, reconhecendo as suas características técnico-táticas.</p>

Fonte: UBERABA (2023) e BRASIL (2018).

Conforme apresentado no quadro, percebe-se que a maioria das habilidades são as com progressão, as quais possuem pouca alteração em relação a habilidade original da BNCC.

Assim como o documento de Uberlândia, o de Uberaba não exclui ou retira habilidades da BNCC, apenas altera, e no caso de Uberaba, acrescenta também habilidades de criação própria.

Assim, observa-se que as diretrizes curriculares municipais de Uberaba na área de Educação Física, de maneira geral, seguem a BNCC, entretanto traz novidades. Chama atenção no documento as unidades temáticas e habilidades próprias do município apresentadas no currículo municipal, além de alterações nas habilidades já postas pela base.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho foi investigado os documentos curriculares municipais dos municípios do Triângulo Mineiro e a Base Nacional Comum Curricular, com objetivo de comparar os documentos.

Dos 35 municípios investigados, têm-se informações sobre currículo próprio de apenas quatro, por meio do endereço digital ou e-mail. Uberlândia e Uberaba, conforme mostrado, possui um currículo próprio. Santa Vitória e Limeira do Oeste informaram que não possuem um currículo próprio, mas que seguem documentos estaduais e federais.

A resolução CNE/CP nº 2 de 22 de dezembro de 2017 prevê a contemplação da BNCC nos currículos municipais, dessa maneira era de se esperar o que foi constatado ao longo desse estudo: Os documentos curriculares de Uberlândia e de Uberaba estarem de acordo com a BNCC. Porém a resolução também permite a autonomia dos municípios para elaboração dos seus currículos a partir das suas realidades locais.

Os documentos de Uberlândia trazem elementos a mais que a BNCC, como o histórico de construção dos documentos regulamentadores da Educação Básica, histórico da Educação Física, com poucos objetos de conhecimentos a mais, sugestões de atividades e alterações em algumas habilidades.

Já o currículo de Uberaba apresenta mais elementos diferentes da BNCC, e acréscimos de objetos de conhecimentos, sugestões de atividades e alterações em algumas habilidades., O documento traz habilidades próprias e mais unidades temáticas (saúde e qualidade de vida, atividades circenses e psicomotricidade).

Apesar do documento de Uberaba e de Uberlândia não apresentarem mudanças muito significativas em relação a BNCC, ambos, especialmente Uberaba repensou alguns elementos, como por exemplo o acréscimo de jogos e brincadeiras no 8º e 9º ano do ensino fundamental, mostrando autonomia do seu currículo.

Dos outros 31 municípios dos quais que não se obteve informações, leva-se a crer que não possuem um documento curricular próprio, criando duas situações possíveis: os municípios seguem a BNCC e o documento referência de Minas Gerais ou eles não possuem nenhum documento específico para orientar e nortear a prática docente.

Um currículo próprio do município gera uma identidade necessária à rede municipal de ensino, respeitando as particularidades e necessidades do município. Assim, é uma grande perda para a educação dos municípios a ausência de um currículo próprio, o que reduz a possibilidade de um currículo mais próximo da realidade local.

A ausência de um documento municipal limita o trabalho docente, que teoricamente deveria seguir um documento estadual ou federal, resultando em uma abordagem de conteúdos bastante genérica. Por exemplo, um professor do município de Santa Vitória que segue os documentos estadual e federal acaba por adotar um documento abrangente para todo o estado de Minas Gerais, muito provavelmente sem a contribuição de qualquer docente da cidade. Isso não apenas restringe a adequação dos materiais ao contexto local, mas também desconsidera as necessidades específicas e a realidade da comunidade escolar, reproduzindo apenas o documento que vem de cima.

Em ambas as situações, os municípios sofrem as consequências. No caso de o município seguir a BNCC, tem as consequências de não ter a especificidade de um currículo e de estar de acordo com um documento reducionista, neoliberal e cheio de contradições como já foi apresentado aqui. Na segunda situação em que o município não segue nenhum documento norteador da prática docente, exige um grande prejuízo à educação, uma vez que os professores não possuem nenhum currículo para orientar sua prática, caso não façam uma elaboração própria na escola.

Apesar de os documentos de Uberlândia e de Uberaba apresentarem elementos importantes que a BNCC não contempla, também não apresentou nenhuma resistência e oposição de maneira significativa à BNCC, mostrando estar de acordo com seus projetos reducionistas.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, L. F. (Org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018.

AMARANTE, L.; MOREIRA, J. A. S. Políticas curriculares para alfabetização: questões e dilemas a partir da BNCC. **Jornal de Políticas Educacionais**. v. 13, n. 42. Nov. de 2019.

ANTUNES, M. F. S. O currículo como materialização do estado gerencial: a BNCC em questão. **Movimento-revista de educação**, n. 10, p. 43-62, 2019.

BITTENCOURT, J. **A Base Nacional Comum Curricular: uma análise a partir do ciclo de políticas**. Anais do XII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, Curitiba, 2017, p. 553-569.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base**. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf). Acesso em: 19 jun. 2023

BRASIL. **Constituição da República Federativa**. Brasília, DF. 1988.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAMA, S. M. N.. **Disputas Hegemônicas contemporâneas na educação brasileira: conflitos ideológicos em torno da BNCC**. 2023. 317 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999

IBGE. **Censo Brasileiro de 2021**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2021

JOLANDEK, E. G.; PEREIRA, A. L.; MENDES, L. O. R.. Avaliação em larga escala e currículo: relações entre o PISA e a BNCC. **Com a Palavra, o Professor**, v. 4, n. 10, p. 245-268, 2019.

MARQUES A, et al. . **Estilo de vida saudável dos adolescentes**. J Pediatr (Rio J). 2020. 96:217–224.

- MINAS GERAIS. **Currículo Referência de Minas Gerais**. Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em 19 jun. 2023
- NEGRINI, A. **A aprendizagem e desenvolvimento infantil, simbolismo e jogo**. Porto Alegre: Prodil, 1994.
- NEIRA, M. G. **BNCC de educação física: caminhando para trás. educação é a base? 23 educadores discutem a BNCC**. São Paulo: Ação Educativa, 2019.
- NEIRA, M. G. Incoerências e inconsistências da BNCC de educação física. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 40, p. 215-223, 2018.
- PRIETTO, A. L.. **A Educação Física e a Base Nacional Comum Curricular: antigas e novas problematizações**. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS. 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/23605>. Acesso em: 05 fev. 2023
- RODRIGUES, L. A. R. Resenha do Livro “A BNCC no contexto da contrarreforma da educação no Brasil”. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, v. 8, n. 15, 2018.
- UBERABA. **Currículo Rede Municipal de Ensino: Ensino Fundamental/Educação Física**. Uberaba: Prefeitura Municipal de Uberaba, mimeo, 2023. 134 p.
- UBERLÂNDIA. **Curriculares do Município de Uberlândia (2018 – 2020)**. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2020. 274 p.: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/educacao/diretrizescurricularesmunicipais/>. Acesso em: 19 jun. 2023
- VALLADARES, M. T. R.; GIRARDI, G.; NOVAES, Í. F.; NUNES, F. G. Contexto da construção da primeira e segunda versões da base nacional comum curricular no componente curricular de geografia. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 7-18, 2016.

## APÊNDECE

**APÊNDECE A-** Link do site das secretarias de educação dos municípios do triângulo mineiro.

	MUNÍCIPIO	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO	DOCUMENTOS CURRICULARES/DIRETRIZES	OBSERVAÇÕES
1	Uberlândia	<a href="https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/educacao/">https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/educacao/</a> acesso em: 14 mar 2023.	<a href="http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/DCMs-Educa%C3%A7%C3%A3o-Especial.pdf">http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/DCMs-Educa%C3%A7%C3%A3o-Especial.pdf</a> Acesso em 14 mar: 2023. <a href="http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/DCMs-Educa%C3%A7%C3%A3o-Infantil.pdf">http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/DCMs-Educa%C3%A7%C3%A3o-Infantil.pdf</a> Acesso em 14 mar: 2023. <a href="http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/DCMs-Fundamental-1.pdf">http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/DCMs-Fundamental-1.pdf</a> Acesso em: 14 mar 2023. <a href="http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/DCMs-Fundamental-2.pdf">http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/DCMs-Fundamental-2.pdf</a> Acesso em: 14 mar 2023. <a href="http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/DCMs-PMAJA.pdf">http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/DCMs-PMAJA.pdf</a> Acesso em: 14 mar 2023. <a href="http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/DCMs-EJA.pdf">http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/DCMs-EJA.pdf</a> Acesso em: 14 mar 2023.	
2	Uberaba	<a href="https://portal.uberaba.mg.gov.br/secretarias/educacao">https://portal.uberaba.mg.gov.br/secretarias/educacao</a> Acesso em: 14 mar 2023.	<a href="http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/educacao/arquivos/leis/Diretrizes%20Educao%20Infantil%20Ensino%20Fundamental%20Ciclo%20Inicia.pdf">http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/educacao/arquivos/leis/Diretrizes%20Educao%20Infantil%20Ensino%20Fundamental%20Ciclo%20Inicia.pdf</a> Acesso em: 14 mar 2023.	

			<p><a href="http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/educacao/arquivos/leis/Diretrizes%20Educacao%20de%20Jovens%20e%20Adultos.pdf">http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/educacao/arquivos/leis/Diretrizes%20Educacao%20de%20Jovens%20e%20Adultos.pdf</a> Acesso em: 14 mar 2023.</p> <p><a href="http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/educacao/arquivos/leis/Disttrizes%20Educacao%20Infantil.pdf">http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/educacao/arquivos/leis/Disttrizes%20Educacao%20Infantil.pdf</a> Acesso em: 14 mar 2023.</p> <p><a href="http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/educacao/arquivos/leis/Disttrizes%20Ensino%20Fundamental%20Seriacao%20de%205a.%20a%208a.%20serie.pdf">http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/educacao/arquivos/leis/Disttrizes%20Ensino%20Fundamental%20Seriacao%20de%205a.%20a%208a.%20serie.pdf</a> Acesso em: 14 mar 2023.</p>	
3	Araguari	<a href="https://araguari.mg.gov.br/secretarias/secretario-de-educacao">https://araguari.mg.gov.br/secretarias/secretario-de-educacao</a> Acesso em 14 mar 2023.		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
4	Ituiutaba	<p><a href="https://www.ituiutaba.mg.gov.br/?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&amp;idmenu=311">https://www.ituiutaba.mg.gov.br/?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&amp;idmenu=311</a> Acesso em: 15 mar 2023</p> <p><a href="https://sreituiutaba.educacao.mg.gov.br/">https://sreituiutaba.educacao.mg.gov.br/</a> Acesso em 15 mar 2023</p>		Não foi encontrado nos sites nenhum documento curricular
5	Frutal	<a href="https://www.frutal.mg.gov.br/?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&amp;idmenu=260">https://www.frutal.mg.gov.br/?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&amp;idmenu=260</a> Acesso em 15 mar 2023		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
6	Iturama	<a href="https://www.iturama.mg.gov.br/educacao">https://www.iturama.mg.gov.br/educacao</a> Acesso em 15 mar 2023		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
7	Prata	<a href="https://prata.mg.gov.br/secretaria-de-educacao/">https://prata.mg.gov.br/secretaria-de-educacao/</a> Acesso em 15 mar 2023		
8	Conceição das Alagoas	<a href="https://www.conceicaodasalagoas.mg.gov.br/secretaria-de-educacao/">https://www.conceicaodasalagoas.mg.gov.br/secretaria-de-educacao/</a> Acesso em 15 mar 2023		

9	Tupaciguara	<a href="https://www.tupaciguara.mg.gov.br/cidadao/educacao/">https://www.tupaciguara.mg.gov.br/cidadao/educacao/</a> Acesso em 15 mar 2023	<a href="https://www.tupaciguara.mg.gov.br/plano-municipal-de-educacao/">https://www.tupaciguara.mg.gov.br/plano-municipal-de-educacao/</a> Acesso em 15 mar 2023.	Não aparece as diretrizes, apenas um plano municipal de educação (CONTR+P)
10	Monte Alegre de Minas	<a href="https://www.montealegre.mg.gov.br/?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&amp;idmenu=260">https://www.montealegre.mg.gov.br/?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&amp;idmenu=260</a> Acesso em 15 mar 2023		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
11	Campina Verde	<a href="https://campinaverde.mg.gov.br/?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&amp;idmenu=260">https://campinaverde.mg.gov.br/?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&amp;idmenu=260</a> Acesso em 15 mar 2023		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
12	Santa Vitória	<a href="https://santavitoria.mg.gov.br/secretarias/educacao/">https://santavitoria.mg.gov.br/secretarias/educacao/</a> Acesso em 15 mar 2023		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
13	Fronteira	<a href="https://fronteira.mg.gov.br/secretariaView/3_Secretaria-Municipal-de-Educacao.html">https://fronteira.mg.gov.br/secretariaView/3_Secretaria-Municipal-de-Educacao.html</a> Acesso em 15 mar 2023		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
14	Capinópolis	<a href="https://www.capinopolis.mg.gov.br/?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&amp;idmenu=260">https://www.capinopolis.mg.gov.br/?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&amp;idmenu=260</a> Acesso em 15 mar 2023.		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
15	Itapagipe	<a href="https://www.itapagipe.mg.gov.br/">https://www.itapagipe.mg.gov.br/</a> (site do município, pois não possui link específico para a educação) Acesso em 15 mar 2023.		Não possui espaço específico para educação no site. Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
16	Canápolis	<a href="https://canapolis.mg.gov.br/educacao/">https://canapolis.mg.gov.br/educacao/</a> Acesso em 15 mar 2023.		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular

17	Planura	<a href="https://planura.mg.gov.br/educacao/">https://planura.mg.gov.br/educacao/</a> Acesso em 15 mar 2023.		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
18	Centralina	<a href="https://www.centralina.mg.gov.br/category/educacao/">https://www.centralina.mg.gov.br/category/educacao/</a> Acesso em 15 mar 2023.		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
19	Carneirinho	<a href="https://www.carneirinho.mg.gov.br/?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&amp;idmenu=260">https://www.carneirinho.mg.gov.br/?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&amp;idmenu=260</a> Acesso em 15 mar 2023.		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
20	Delta	<a href="https://www.delta.mg.gov.br/category/administracao/secretarias-e-orgaos/educacao/">https://www.delta.mg.gov.br/category/administracao/secretarias-e-orgaos/educacao/</a> Acesso em 15 mar 2023.		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
21	Campo Florido	<a href="https://campoflorido.mg.gov.br/departamento/educacao/">https://campoflorido.mg.gov.br/departamento/educacao/</a> Acesso em 15 mar 2023.		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
22	Limeira do Oeste	<a href="https://limeiradoeste.mg.gov.br/category/secretarias/educacao/">https://limeiradoeste.mg.gov.br/category/secretarias/educacao/</a> Acesso em 15 mar 2023.		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
23	Conquista	<a href="http://www.conquista.mg.gov.br/secretaria/secretaria-municipal-de-educacao">http://www.conquista.mg.gov.br/secretaria/secretaria-municipal-de-educacao</a> Acesso em 15 mar 2023.		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
24	Indianópolis	<a href="http://indianopolis.mg.gov.br/secretarias/educacao/">http://indianopolis.mg.gov.br/secretarias/educacao/</a> Acesso em 15 mar 2023.		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
25	Araporã	<a href="https://www.arapora.mg.gov.br/secretaria/educacao">https://www.arapora.mg.gov.br/secretaria/educacao</a> Acesso em 15 mar 2023.		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
26	São Francisco de Sales	<a href="http://www.saofrancisco.desales.mg.gov.br/governo/secretarias-municipais/secretaria-">http://www.saofrancisco.desales.mg.gov.br/governo/secretarias-municipais/secretaria-</a>		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular

		<a href="#">municipal-de-educacao</a> Acesso em 15 mar 2023.		
27	Gurinhata	<a href="https://gurinhata.mg.gov.br/category/noticias/educacao/">https://gurinhata.mg.gov.br/category/noticias/educacao/</a> Acesso em 15 mar 2023.		
28	Pirajuba	<a href="https://pirajuba.mg.gov.br/educacao_cultura">https://pirajuba.mg.gov.br/educacao_cultura</a> Acesso em 15 mar 2023.		
29	União de Minas	Site fora do ar		Site fora do ar
30	Ipiacu	<a href="https://ipiacu.mg.gov.br/?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&amp;idmenu=262">https://ipiacu.mg.gov.br/?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&amp;idmenu=262</a> Acesso em 16 mar 2023.		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
31	Veríssimo	<a href="http://www.verissimo.mg.gov.br/orgaos-e-secretarias.html">http://www.verissimo.mg.gov.br/orgaos-e-secretarias.html</a> (site do município, pois não possui link específico para a educação) Acesso em 16 mar 2023.		Não possui espaço específico para educação no site. Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
32	Comendador Gomes	<a href="https://comendadorgomes.mg.gov.br/site/index.php/municipio/secretarias/secretaria-da-educacao/">https://comendadorgomes.mg.gov.br/site/index.php/municipio/secretarias/secretaria-da-educacao/</a> Acesso em 16 mar 2023.		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
33	Cascalho Rico	<a href="https://www.cascalhorico.mg.gov.br/secretarias/educacao">https://www.cascalhorico.mg.gov.br/secretarias/educacao</a> Acesso em 16 mar 2023.		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
34	Cachoeira Dourada	<a href="https://www.cachoeiradourada.mg.gov.br/portal/secretarias/307/educacao">https://www.cachoeiradourada.mg.gov.br/portal/secretarias/307/educacao</a> Acesso em 16 mar 2023.		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular
35	Água Comprida	<a href="https://www.aguacomprida.mg.gov.br/">https://www.aguacomprida.mg.gov.br/</a> Acesso em 16 mar 2023.		Não foi encontrado no site nenhum documento curricular